

**CONVENÇÃO COLETIVA PARA PAGAMENTO DA PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU  
RESULTADOS 2010/2011**

SINDICATO DOS TRABALHADORES E CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DE SANTA MARIA - RS, CNPJ n. 88.667.803/0001-45, neste ato representando (a) por seu Presidente, Sr (a). ROGÉRIO SANTOS DA COSTA, CPF n. 260.857.390-87.

E

SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO, CNPJ n. 44.079.002/0001-93, neste ato representado (a) por seu Procurador, Sr (a). DANIEL BRAGA FREDERICO, CPF n. 083.277.397-27

**CLÁUSULA PRIMEIRA – VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de setembro de 2010 a 31 de agosto de 2011 e a data-base da categoria em 1º de setembro.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores em Transporte Rodoviários locados nas Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo**, com abrangência nos Municípios de Agudo, Cacequi, Dilermando de Aguiar, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Ivorá, Jaguarí, Jari, Júlio de Castilhos, Mata, Nova Esperança do Sul, Nova Palma, Pinhal Grande, Quevedos, Restinga Seca, Santa Maria, Santiago, São João do Polêsine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, São Sepé, São Vicente do Sul, Silveira Martins, Toropi e Tupanciretã.../RS.

**GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS**

**PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS**

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO INSTRUMENTO COLETIVO**

Pelo presente instrumento de um lado o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo - SINDIGÁS, representando as Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo e de outro lado o Sindicato da categoria profissional no final declinado, representando os trabalhadores de sua base territorial, com autorização expressa da respectiva Assembléia Geral resolvem celebrar esta Convenção Coletiva tendo por base atender as disposições da Lei nº. 10.101, de 19/12/2000, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA QUARTA – PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS**

Considerando que as metas e/ou resultados mínimos estabelecidos quanto à tonelagem de produção, vendas e/ou lucro líquido estão sendo alcançados, as Empresas pagarão aos seus empregados até 31/10/2010, o valor correspondente a 170% (cento e setenta por cento) do salário base vigente em 01/09/2010, acrescido do adicional de periculosidade e gratificação de função, quando devidos, como pagamento da Participação nos Lucros e/ou Resultados relativo ao ano de 2010, compensado de eventuais programas diferenciados que as Empresas tenham ou venham a implementar e os adiantamentos efetuados até outubro de 2010 a esse título.

**Parágrafo único**

O presente pagamento é realizado em caráter de antecipação quanto à sua data, sendo que, ao final do exercício, após apuração de resultados finais, as empresas cujos resultados permitirem pagamento complementar à título de Participação nos Lucros e Resultados - PLR, poderão o efetuar no exercício seguinte, observado o prazo mínimo legal.

**CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**



O pagamento do quanto previsto neste instrumento será devido a todos os empregados que prestaram serviços no decorrer do ano de 2010.

**Parágrafo Primeiro**

Os empregados admitidos e os desligados no decorrer do ano de 2010, terão direito ao pagamento proporcional aos meses efetivamente trabalhados no ano de 2010, cujo cálculo observará a razão de 1/12 avos por mês trabalhado ou fração igual ou superior a 15 dias.

**Parágrafo Segundo**

Os empregados demitidos por justa causa não terão direito ao recebimento do benefício objeto da presente Convenção Coletiva.

**Parágrafo Terceiro**

Os empregados que estiveram afastados, a partir de 01/01/2010, por motivo de Doença, Acidente de Trabalho ou Licença Maternidade receberão o valor referido na Cláusula Primeira de forma integral.

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**DESCRUPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

**CLÁUSULA SEXTA – MULTA**


O não cumprimento de quaisquer das Cláusulas desta Convenção Coletiva, pelas Empresas, implicará a estas uma multa na importância de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), por empregado e por infração, revertida a mesma a favor do Sindicato da Categoria Profissional.

**OUTRAS DISPOSIÇÕES**

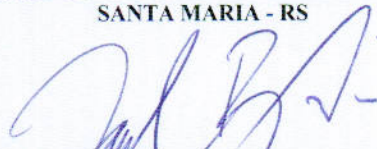
**CLÁUSULA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

O Sindicato concede às Empresas representadas pelo Sindigás a mais ampla e geral quitação com relação ao pagamento do quanto ajustado nesta convenção, relativamente ao exercício de 2010, para nada mais reclamar em Juízo ou fora dele, seja em nome próprio ou de seus substituídos.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma a fim de que produzam um só efeito, devendo uma das vias, ao teor da Lei nº. 10.101, de 19/12/2000, ficar arquivada na entidade Sindical representativa dos trabalhadores.

  
ROGERIO SANTOS DA COSTA  
PRESIDENTE

SINDICATO DOS TRABALHADORES E CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DE  
SANTA MARIA - RS

  
DANIEL BRAGA FREDERICO  
PROCURADOR

SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE GÁS LIQUEFEITO DE  
PETRÓLEO